

A EXPERIÊNCIA DE UMA PROFESSORA DE INGLÊS COMO ALUNA DE UM CURSO DE EXTENSÃO AFROCENTRADO

THE EXPERIENCE OF AN ENGLISH TEACHER AS A STUDENT IN AN AFROCENTRIC EXTENSION COURSE

UNA EXPERIENCIA DE UNA PROFESORA DE INGLÉS COMO ESTUDIANTE EN UN CURSO DE EXTENSIÓN AFROCENTRADO

Marieli de Jesus Pereira ¹

RESUMO

Este artigo é uma narrativa autobiográfica e reflexiva sobre a participação de uma professora de inglês como aluna do curso de extensão "Questões étnico-raciais e culturas de matriz africana no ensino de língua inglesa", promovido pelo Núcleo Permanente de Extensão em Letras (NUPEL) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado, organizado e ministrado pela Professora, Mestra e Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da UFBA, Joelma Santos. Esse curso teve como cerne diversas práticas insurgentes para reflexão, elaboração e produção de conhecimento científico na área de educação, mais especificamente no campo de ensino de língua inglesa como língua estrangeira, visando a criação coletiva de estratégias educativas voltadas para o despertar e a conscientização de um grupo docente e conseqüentemente, de seus alunos sobre assuntos relacionados à cultura africana e afro-brasileira, bem como temas referentes ao racismo.

Palavras-chave: ensino de língua inglesa; educação afrocentrada; educação decolonial.

ABSTRACT

This article is an autobiographical and reflective narrative about the participation of an English teacher as a student in the extension course "Ethnic-racial issues and cultures of African origin in English language teaching", promoted by the Permanent Nucleus of Extension in Language Arts (NUPEL) from the Universidade Federal da Bahia (UFBA). The English teacher Joelma Santos holds a Master's degree in Language Arts and is now in a Ph. D Program in Language Arts and Culture at the Institute of Language Arts, at UFBA, and created, organized, and taught at this course that was at the heart of insurgent practices for reflection, elaboration, and production of scientific knowledge in the field of education, more specifically in the field of teaching English as a foreign language, aiming at the collective creation of educational strategies as well as raising awareness of a teaching group and, consequently, of their students on issues related to African and Afro-Brazilian culture, as well as themes related to racism.

Keywords: English language teaching; Afrocentric education; decolonial education

¹Professora de Língua Inglesa na rede pública estadual da Bahia. Fulbrighter 2013 e 2016. Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia / University of South Carolina, Mestra em Letras pela UFBA, Especialista em Estudos Linguísticos pela UFBA, Graduada em Língua Estrangeira Moderna pela UFBA. E-mail: t.marieli@hotmail.com.

RESUMEN

Este artículo es una narrativa autobiográfica y reflexiva sobre la participación de un profesor de inglés como alumno del curso de extensión "Temas étnico-raciales y culturas de origen africano en la enseñanza del idioma inglés", promovido por el Centro Permanente de Extensión en Letras (NUPEL), de la Universidad Federal de Bahía (UFBA), creado, organizado e impartido por Joelma Santos, Profesora, Maestra y Alumna de Doctorado del Programa de Postgrado en Lengua y Cultura del Instituto de Letras de la UFBA. Este curso tuvo como eje varias prácticas insurgentes de reflexión, elaboración y producción de conocimiento científico en el campo de la educación, más específicamente en el campo de la enseñanza del inglés como lengua extranjera, con el objetivo de la creación colectiva de estrategias educativas orientadas al despertar y Conciencia de un grupo docente y, en consecuencia, de sus estudiantes sobre temas relacionados con la cultura africana y afrobrasileña, así como temas relacionados con el racismo..

Palabras clave: enseñanza del Idioma Inglés; Educación afrocéntrica; educación decolonial.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo resulta de reflexões sobre minha experiência como estudante no curso de extensão "Questões étnico-raciais e culturais de matriz africana no ensino de língua inglesa", oferecido pelo Núcleo Permanente de Extensão em Letras (NUPEL) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ministrado pela Professora Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da UFBA, Joelma Santos.

A realização desse curso de extensão foi uma etapa do seu projeto de doutoramento, intitulado "Contribuições teórico-metodológicas para a abordagem de raça nas aulas de inglês: incursão rumo à demanda dos professores", que tinha como objetivo fomentar a reflexão e a conscientização de docentes com relação ao uso da temática racial nas aulas de língua inglesa, e conseqüentemente transformar sua prática pedagógica em uma ferramenta para o fortalecimento da autoestima de estudantes com fenótipo e / ou identidade cultural de descendência africana.

Para isso, a Professora Ma. Joelma Santos que foi a idealizadora, proponente e realizadora do curso, estabeleceu como proposta, a indicação de diretrizes teóricas e metodológicas que viabilizassem o efetivo cumprimento da Lei 10.639/03, que torna obrigatória o ensino de história e cultura afro-brasileira. De forma geral, essa lei tem sido negligenciada ou efetuada de forma esporádica nas instituições de ensino desde sua criação, segundo artigo do portal Humanista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Realizar esse curso de formação significa ter como base a educação humanista, que por sua vez, tem como pilar a ideia de que todos sujeitos devem ser parte de um sistema que

promova a equidade de oportunidades, bem como ser agentes de transformações em prol das pessoas tanto de forma individual como coletiva, isso remete ao movimento da Pedagogia Crítica concebida por Paulo Freire. Contudo, a proposta do curso faz um recorte preponderantemente racial, configurando também uma alusão à Pedagogia Engajada fomentada pela filósofa, professora, escritora e ativista bell hooks².

Seguir essas linhas de pensamento para elaborar e ministrar um curso é assumir-se agente de fomento à análise crítica, ao questionamento e à insurgência do poder hegemônico eurocentrado instituído no Brasil pela colonização e posteriormente pela colonialidade. Esses dois processos de repressão são explicados pelo jornalista, sociólogo, tradutor e professor Muniz Sodré:

O colonialismo clássico baseava-se na exploração territorial, econômica e política dos povos submetidos pela força das armas. A exploração deu lugar à dominação: hoje, persiste aquilo que em determinados círculos de estudos pós-coloniais costuma-se chamar de colonialidade, ou seja, a dominação de caráter cultural, que nega igualdade ao diferente (SODRÉ, 2012, p. 42).

Ao propor um trabalho para emancipação desses sistemas de recalque e submissão, a Professora Ma. Joelma Santos contribuiu para a aproximação do ensino de língua inglesa na Bahia à epistemologia africana, que se fundamenta na ideia de harmonização entre diferentes culturas e não de domínio, além disso, ela favoreceu que os sujeitos envolvidos nesse curso de extensão fossem despertados para as questões raciais no ensino de inglês, conscientizando esse grupo de docentes, e por conseguinte seus alunos de que “nossa visão sobre a sociedade não é um reflexo da realidade social, mas a representação de nossa relação com a realidade”, como explica o filósofo, jurista e doutor em Filosofia Sílvio Luiz Almeida (2019, p. 66).

Portanto, a ideologia racista não tem a ver apenas com um conceito, é uma prática que constitui a estrutura da sociedade brasileira, fazendo com que acreditemos na existência de uma hierarquia entre as etnias, pois sistematicamente, a diversidade é usada para instaurar a inferiorização de um grupo em detrimento do outro, subestimar uma cultura e supervalorizar a outra. Contudo, para alterar esses construtos e comportamentos históricos, para que a pluralidade seja considerada como a riqueza e o benefício das possibilidades de ser, a educação deve ser imbuída de ações pedagógicas que motivem o questionamento e a transformação da

² "bell hooks" é escrito em letra minúscula por desejo expresso pela autora, com o intuito de dar destaque ao conteúdo apresentado e não à sua autoria.

mentalidade e da conduta sociais. Abordando esse aspecto da educação como insurgência, a pedagoga e doutora em Antropologia Social Nilma Lino Gomes (2017, p. 130) cita Santos (1996, p. 17), afirmando que “o objetivo principal do projeto educativo emancipatório consiste em recuperar a nossa capacidade de espanto e indignação e orientá-la para a formação de subjetividades inconformistas e rebeldes.”.

Assim, também considerando a educação como ferramenta de revolução e não de manutenção do poder hegemônico, hooks (2018, p. 10) relata sua experiência escolar na infância, na introdução do livro “Ensinando a transgredir”, ela explica que “para os negros, o lecionar – o educar – era fundamentalmente político, pois tinha raízes na luta antirracista.”. Utilizando essa assertiva para me referir ao curso em questão, sou obrigada a substituir o pretérito imperfeito pelo presente do indicativo, pois esse tópico, infelizmente, continua atual. O ensino como insurgência é o fundamento principal dessa proposta de formação docente, e só pode ser possível por meio do desenvolvimento de professores e professoras conscientes e críticos, tomando como referência conceitos e procedimentos relacionados à educação decolonial e ao pensamento afro-diaspórico.

REAÇÃO CONTRA OS SABERES COLONIZADOS

Rememorando os acontecimentos ligados a esse curso para a escrita desse texto, veio à mente a analogia que o Babalorixá e doutor em Ciências Sociais, Rodney William declarou em seu livro “Apropriação Cultural”, ele diz que Exu, orixá do panteão iorubano tem o poder de recriar o mundo e que a encruzilhada, local onde são feitas as oferendas a Exu e a Pomba-gira é epistemologia. Lembrei disso porque as culturas africanas reconstruídas na diáspora, como forma de sobrevivência e resistência, constituem-se como encruzilhada epistêmica, ou seja, um entrecruzamento de vivências e conhecimentos. Dessa forma, esses processos de reelaboração cultural são sínteses históricas de Exu e das encruzilhadas.

Assim, no Brasil, essa recriação afro-diaspórica constitui-se como reação ao genocídio da cultura de origem africana, que é reeditado nos mais diversos contextos sociais há mais de cinco séculos, e isso não é diferente no ambiente acadêmico, que exerce o apagamento da cultura afrodescendente, aliado à valorização e à manutenção da cultura eurocêntrica desde a criação das primeiras universidades no Brasil. Segundo o professor e doutor em Antropologia José Jorge Carvalho (2019, p. 85), “nossa colonização mental foi ainda mais completa porque o espaço social no qual as universidades se instalaram era inteiramente branco, o que facilitou

a identificação dos nossos acadêmicos com seus pares (brancos) europeus.” E isso é perpetuado até os dias de hoje, especificamente, os cursos de licenciatura em Letras, de pós-graduação ou de formação de instrutores para cursos livres de inglês, geralmente, não adotam uma postura crítica com relação ao ensino e à aprendizagem, abarcam apenas a questão técnica de produção da língua estrangeira, quando muito, usam a temática cultural como cenário e negligenciam a reflexão acerca de comportamentos sociais, tão importante para a formação de usuários de uma segunda língua em mundo globalizado. As metodologias e as abordagens de ensino de inglês têm implícitas as ideologias racistas que aprofundam a desvalorização da cultura na qual o aprendiz está inserido e intensificam a supervalorização da cultura estrangeira, corroborando para a manutenção de uma conduta de subalternidade e do sentimento de baixa autoestima.

Deste modo, essas estruturas racistas de opressão não permitiram a implementação da Lei 10.639/03 de forma ampla e eficaz, ainda assim, houve mudanças pontuais e em muitas vezes superficiais, na produção de conteúdo para o mercado editorial, nas discussões acadêmicas e nas atividades de parte das instituições de ensino básico. Como professora do ensino médio, provavelmente, a insatisfação com o apagamento das epistemologias africana e afro-brasileira no sistema educacional e o decorrente negligenciamento da Lei 10639/03 impulsionaram a Professora Ma. Joelma Santos a criar seu projeto de pesquisa e consequentemente esse curso de extensão.

É a partir dessa ação, que se inicia uma mudança importante no ensino de língua inglesa na Bahia, e possivelmente no Brasil, pois até 2019, oficialmente, não havia propostas semelhantes, apenas trabalhos que tratavam da necessidade de existência de formações relacionadas à educação decolonizadora e antirracista, sugerindo a criação de um curso com essa abordagem, como no artigo de Aparecida de Jesus Ferreira, “Formação de professores de Língua inglesa e o preparo para o exercício do letramento crítico em sala de aula em prol de práticas sociais: um olhar acerca de raça/etnia”, publicado em 2006 ou o texto de Nilma Lino Gomes, “Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo”, escrito em 2003.

Assim, a criação desse curso de extensão pode ser usada como ilustração da assertiva da professora, filósofa e socióloga Angela Davis em palestra apresentada na Universidade Federal da Bahia em julho de 2017, ela declarou “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela [...]”, já que a atitude dessa professora negra parte do início da cadeia de instrução formal, fomentando uma abordagem crítica e

antirracista no ensino da língua inglesa, e desmontando as relações de poder que sustentam o ensino de inglês como forma de dominação, ferramenta utilizada pelo neocolonialismo.

No entanto, para isso, é importante reconfigurar os conceitos concebidos para caracterizar a função do uso de uma língua estrangeira, segundo o biólogo e escritor Mia Couto:

Ao lado de uma língua que nos faça ser mundo, deve coexistir uma outra que nos faça sair do mundo. De um lado, um idioma que nos crie raiz e lugar. Do outro, um idioma que nos faça ser asa e viagem.

Ao lado de uma língua que nos faça ser humanidade, deve existir uma outra que nos eleve à condição de divindade (COUTO, 2011, p. 24).

Com base na poeticidade do escritor moçambicano Mia Couto e pensando no contexto brasileiro, é possível fazer a seguinte analogia: a língua portuguesa imposta pelo colonizador, agente da destituição das línguas indígena e africana, tornou-se o código que pretensiosamente nos enraíza e nos humaniza, enquanto o inglês é o idioma que nos lança ao mundo, supostamente nos tornando deidades. Essa beleza na forma de tratar das línguas que nos dominam não esconde a crueldade com a qual tratam o colonizado, considerado um bárbaro antes de usar a língua do colonizador e que só poderá ser divinizado após utilizar a língua do neocolonizador. Esse desdém é voltado para aqueles cuja cultura e fenótipo não correspondem ao modelo eurocêntrico. Entretanto, aos poucos, estamos usando a possibilidade de reinvenção da língua para nos recriarmos e iniciarmos um movimento de emancipação que desconstruirá o que o próprio idioma instituiu, pois quem se apropria da língua também pode se apropriar do mundo expresso por ela, e assim transformá-lo.

PLANEJAMENTO DO CURSO: EXPECTATIVA E REALIDADE

Eu soube desse curso de extensão via o aplicativo Whatsapp, interessei-me de imediato por me identificar com a temática, estava evidente no título que seu conteúdo tinha relação direta com minha prática pedagógica como professora de inglês negra consciente e engajada, trabalhando numa escola que tem em sua maioria estudantes afrodescendentes.

Após responder a um questionário e fazer a inscrição através do link que recebi pelo aplicativo de mensagens, chegou o e-mail de confirmação, informando que as aulas começariam em aproximadamente 20 dias. Eu estava ansiosa para iniciar o curso de 4 meses que aconteceria nas manhãs de sábado por conta da vontade de descobrir teorias que organizassem o trabalho que eu já desenvolvia, mas que era intuitivo, fundamentado em

hipóteses, experiência pessoal e vivência profissional de aproximadamente 20 anos, sem base teórica sobre o ensino de inglês afrocentrado.

Esse cenário remete à descrição de hooks sobre suas professoras de infância, ela declarou que “embora não definissem nem formulassem essas práticas em termos teóricos, minhas professoras praticavam uma pedagogia revolucionária de resistência, uma pedagogia profundamente anticolonial.” (HOOKS, 2018, p. 10). Constatar que situações ocorridas nas décadas de 1960 e 1970 ainda são atuais, confirma a necessidade urgente de uma formação para professoras e professores a partir da perspectiva da educação decolonial.

Sodré (2012, p. 14) afirma que “ao se reinventar a educação é inevitável que emergjam ideologicamente as diferenças entre as expectativas sociais e o fundo utópico que parece presidir a todo empenho educacional.” Essa assertiva de Sodré coaduna com o que constatei nas primeiras aulas, pois tanto a professora quanto nós, alunos-professores tínhamos grande expectativa referente à construção de procedimentos e materiais didáticos que atendessem as demandas de nossos aprendizes, mas tudo ocorreu de forma muito diferente do que tínhamos imaginado.

Inicialmente, a professora enviou os textos e a programação do curso por e-mail, o que indica um bom nível de organização e comprometimento, bem como evidencia suas projeções sobre essa formação. A cada encontro eram estipuladas a leitura de um texto e orientações para guiar a discussão sobre ele, os temas escolhidos convergiam para a reflexão sobre etnia e sua abordagem pedagógica, como por exemplo, Pedagogia Crítica no ensino de línguas, negritude, branquitude, religiões de matriz africana, genocídio da juventude negra, dentre outros.

Como aluna, minhas expectativas orbitavam em torno da confirmação de que minha prática em sala de aula tinha a abordagem apropriada, aspirava o conhecimento de formas mais eficazes e incisivas de como tratar a temática étnico-racial nas aulas de inglês, bem como intencionava aprofundar meus estudos sobre a cultura africana e afro-diaspórica.

Contudo, nos primeiros encontros, todas essas expectativas foram postergadas, pois um fator muito importante não tinha sido considerado nem por mim e nem pela professora: a carência do docente afrodescendente decorrente da desvalorização e da invisibilização da epistemologia de matriz africana. À princípio, as aulas planejadas para discussão de textos foram refreadas para que os participantes se colocassem e expusessem seus sentimentos, suas experiências, suas fragilidades e suas conquistas. A sensibilidade da professora me comoveu muito, pois ela percebeu a importância de abrir aquele espaço para manifestação de vozes

nunca ouvidas, permitindo que todas e todos externassem suas vivências solitárias, práticas pedagógicas isoladas e muitas vezes boicotadas por falta de interlocutores e apoiadores que reconhecessem a relevância de se tratar questões étnico-raciais na instituição escolar.

Ao analisar esse período do curso, reporto-me ao livro da escritora e psicóloga Grada Kilomba, “Memórias da plantação”, publicado no Brasil em 2019 e que trata dos efeitos do regime colonial na subjetividade das pessoas negras. Kilomba (2019, p. 47) fala do silenciamento do sujeito negro na sociedade e explica que “as estruturas da opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas, tampouco proporciona um espaço para a articulação das mesmas”, esse processo de desumanização interfere diretamente em todas as áreas da sociedade, principalmente, na educação e isso ficou muito evidente no nosso comportamento, docentes-discentes que contaram suas histórias, geralmente, em meio a muitas lágrimas, ora de angústia, ora de alegria.

Por outro lado, o psiquiatra, filósofo e ensaísta Frantz Fanon (2008, p. 33) explica que “o negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial...”. Esses relatos emocionados são fatos que ilustram a assertiva de Fanon, pois por conta de um ambiente escolar veladamente hostil e repressor, que invisibiliza e subestima esses educadores obrigados a lidar com uma constante injunção que julga a cultura eurocêntrica como melhor e mais importante, esses profissionais agem de forma protetiva, tolerando estrategicamente os acidentes sofridos no ambiente de trabalho, reprodutor da lógica colonialista. Entretanto, ao encontrarmos nossos pares e podermos externar o que pensamos e sentimos, agimos sem o receio de represálias, nos reconectamos através dos depoimentos, nos libertamos e abandonamos a “subexistência”.

Partindo da ideia de que “falar é existir absolutamente para o outro”, segundo Fanon (2008, p. 33), entendo a atitude desse grupo de professores-aprendizes, pois encontramos um espaço de escuta, acolhimento, compartilhamento e articulação que nos possibilitou existir, ou melhor, reexistir. Tudo o que foi tratado nesses encontros contribuiu para o processo de fortalecimento de nossa autoestima intelectual. Foi com inteligência emocional, fundamento teórico e sensibilidade que a Professora Joelma nos acolheu, sabendo que esses discursos enunciavam interesses e saberes que forneceriam dados importantes para seu estudo, ainda que por uma vertente diferente do seu plano inicial.

Quando a Professora Joelma proporcionou esse encontro entre nós, professores e professoras intuitivamente anticolonialistas, proponentes de atividades pontuais, solitárias e sem articulação com a proposta da escola onde trabalhamos, ela permitiu que pudéssemos nos escutar e nos expressar, colocando em prática, mesmo sem intenção, um fundamento da ética africana, Ubuntu. A empreendedora e escritora Getrude Matshe explica em seu livro “Born on the continent – Ubuntu” que a palavra Ubuntu sintetiza uma capacidade emocional que vai além da empatia, é conceber e vivenciar a condição de ser humano como parte de um sistema, é ser sensível ao respeito e à partilha, é acreditar e corporificar a ideia de que “eu sou porque você é”. Nesses encontros, descobrimos o que nenhum texto discutido por nós trazia, percebemos que éramos um a continuidade do outro, exercemos Ubuntu.

Assim, depois de reafirmar nossa existência individual e coletiva, restaurar nosso vínculo ancestral e formar uma egrégora entre nós, passamos a entrelaçar nossos depoimentos pessoais com os textos propostos, e na segunda parte do curso, começamos a traçar um resgate às origens ao assumirmos a função de palestrantes, pois tivemos que fazer apresentações, expondo aspectos de alguns dos 54 países do continente africano.

Desempenhando essa tarefa, percebemos a intersecção de vários elementos culturais e circunstâncias sociais entre o Brasil e os países africanos, alguns por herança e outros por consequência da imposição da ideologia eurocêntrica, como por exemplo, a alegria do malauiano apesar das imensas dificuldades econômicas; a resiliência do nigeriano diante dos desafios do domínio britânico e a determinação das mulheres de Lesoto, dentre outros fatores. Contudo, destaco uma assertiva de Mia Couto sobre a epistemologia africana que serve para resumir a minha impressão sobre o que foi apresentado: “[...] a concepção relacional da identidade, inscrita no provérbio: “Eu sou os outros”; a ideia de que a felicidade se alcança não por domínio, mas por harmonias.” (COUTO, 2011, p. 102). A consciência da organização sistêmica do mundo trazida nessa afirmação, definitivamente, representa o que foi percebido nesse curso, nós reconhecemos o legado de respeito à isonomia e à diversidade, validando nossa busca por uma educação que harmonize os saberes e não os hierarquize.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi demonstrado ao longo deste texto, a epistemologia de matriz africana, é incessante e sistematicamente atacada, furtada e invisibilizada desde a expansão da colonização europeia e o desenvolvimento do sistema escravista até a atualidade. A estrutura opressora e

racista da sociedade brasileira desvaloriza, descaracteriza e demoniza todo e qualquer elemento de origem africana, seja Exu, seja suas recriações nas Américas e o sistema educacional reproduz essas atitudes.

Visando contribuir para o enfraquecimento dessa estrutura, a Professora Ma. Joelma Santos propôs o desenvolvimento colaborativo de atividades e posturas propositivas voltadas para o empoderamento intelectual, estético e psicológico dos afrodescendentes aprendizes de língua estrangeira, para isso obviamente é preciso preparar o docente, pois a iniciativa individual do profissional não constitui um movimento amplo de mudança, seriam apenas pontos isolados de oposição ao poder hegemônico.

Dessa forma, a importância desse curso se dá por fomentar a investigação de recursos teóricos e metodológicos que possam conscientizar o alunado dos participantes de sua posição na sociedade, valorizando sua identidade e estimulando-os a usar a língua do neocolonizador para combater o regime repressivo e racista da colonialidade, mostrando que o espaço escolar é mais que um local de transmissão de saberes científicos, é o território de reflexão, conscientização e contestação política.

A experiência vivida nesse curso deu início a uma nova etapa na trajetória profissional e pessoal para todos docentes participantes, visto que a recharacterização de concepções e práticas de ensino de inglês viabiliza a formação de sujeitos transformadores do contexto do qual fazem parte, pois a questão não é mais conhecer o mundo através do inglês, mas modificá-lo, usando o poder dessa língua.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

CARVALHO, J. J. de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: COSTA, J. B.; TORRES, N. M.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

COUTO, M. **E se Obama fosse africano?** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, A. de J. Formação de professores de Língua inglesa e o preparo para o exercício do letramento crítico em sala de aula em prol de práticas sociais: um olhar acerca de raça/etnia. *In: Revista Línguas e Letras*. v. 7, n. 12, p. 171 – 187, 2006. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/897>. Acesso em: 13 maio 2020.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *In: Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2020.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

MATSHE, G. **Born on the continent – Ubuntu**. New Zealand: Matshe Press, 2006.

MEDROA, C.; SASSO, N. Lei 10.639 completa 15 anos na educação brasileira ainda com dificuldades de implantação. *In: Humanista: jornalismo e direitos humanos*. 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2018/09/10/lei-10-639-completa-15-anos-na-educacao-brasileira-ainda-com-dificuldades-de-implantacao/> Acesso em: 17 maio 2020.

SODRÉ, M. **Reinventando a educação**: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis: Vozes, 2012.

WILLIAM, R. **Apropriação Cultural**. São Paulo: Pólen, 2019.

Artigo recebido em: 25 de maio de 2020.

Artigo aprovado em: 01 de setembro de 2021.